



anpei

***Propostas de Aprimoramento do Marco
Legal da Inovação***



OBJETIVOS DA REVISÃO DO MARCO

Marco Regulatório - PRINCÍPIOS do código de CT&I

- Tornar o custo de investimento em PD&I no Brasil competitivo internacionalmente;
- Equalizar direitos e recursos entre centros de PD&I públicos, privados e empresariais;
- Estimular P&D + Inovação cooperada;
- Ampliar os incentivos para as fases de “engenheirar”, escalonar os produto e processos e a inserção do lote pioneiro”;
- Potencializar a inserção da MPE brasileira nas cadeias produtivas de média e alta tecnologias;
- Assegurar que a inovação oriunda biodiversidade seja apropriada pela sociedade com pesquisa, patentes e produtos inovadores em mercado.



Marco Regulatório - o contexto do código de CT&I

O QUE FALTA ?

Concluir via PL 2177:

- NIT com maior autonomia orçamentaria e administrativa. Consistente com a lógica empresarial;
- Simplificar e agilizar o sistema de contratação de professores (flexibilizar dedicação exclusiva) de ICT's publicas nas empresas;
- Efetivar o sistema de *fast track* de importação e desoneração fiscal sobre insumos e equipamentos de pesquisa, expandindo o benefício aos centros de pesquisa empresariais e privados;
- Subvenção de bens de capital no contexto de projetos de PD&I;
- Prioridade de compras governamentais para MPE e média empresa de base tecnológica (EBT)



- **Competitividade em PD&I (tramitação via executivo)**
 - Incentivo fiscal ao PD&I entre empresas;
 - Incentivo ao adensamento tecnológico de empresas de médio porte (criar instrumentos de financiamento / isenção para este público com novo modelo de garantias e de subvenção à ativos de PD&I);
 - Desoneração (compensação) custo trabalhista do pesquisador;
 - Desburocratizar as regulamentações das leis existentes (ação no intrajurídico), simplificando as normas e regulamentos;
 - Desenvolver uma legislação de propriedade industrial no Brasil que sustente um sistema de PI capaz, com autonomia financeira, com backlog e dinâmicas harmonizadas com os principais mercados de e centros de produção tecnológica do mundo.



Marco Regulatório - o contexto do código de CT&I

O QUE FALTA ?

- **Competitividade em PD&I** (tramitação via executivo)
 - Ampliação do benefício da Lei do Bem:
 - para empresas de lucro presumido e simples nacional;
 - para empresas que apuram prejuízo fiscal (uso em períodos subsequentes de lucro);
 - exclusão adicional de 100% do investimento, em substituição aos 60% que podem ser acrescidos;
 - benefício mais efetivo para contratação de mestres e doutores com dedicação exclusiva;
 - contratação de P&D externo não limitado a MPEs, incluindo mecanismos que garantam o benefício apenas ao contratante;
 - desoneração tributária dos investimentos em infraestrutura de P&D em substituição à redução do IPI;



Marco Regulatório - o contexto do código de CT&I

O QUE FALTA ?

Sistemas de Financiamento (tramitação via executivo)

- Assegurar fundos de longo prazo e em volume para o financiamento à inovação brasileira e a otimização da estrutura de ciência aplicada no País:
 - Plataformas do Conhecimento
 - Fundo Social x FNDCT

Concluir via PL 7735/14, a aprovação do novo marco de acesso à biodiversidade:

- + Agilidade (fim da autorização prévia);
- Status: alinhamento da indústria, MCTI, MDIC, MAPA sob liderança MMA.

Obrigado!

Gerson Pinto
Presidente da Anpei